

DESAFIOS NO ACESSO EQUITATIVO À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Rafaela Galoni de Oliveira¹
Ana Carolina Valeriotte de Oliveira Coelho²
Danniel Correia de Lima Santos³
Tobias Eleoterio Queres⁴
Patrícia Passos Martins⁵

RESUMO: Embora o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva no Brasil seja respaldado como um direito assegurado pelo Estado, tem-se que este não é proporcionado de forma equitativa, contrariando o princípio constitucional de universalidade do sistema público de saúde. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo investigar quais são as barreiras e desafios no acesso das mulheres aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa de caráter qualitativo e exploratório realizada a partir da busca pelos descritores “saúde reprodutiva” e “saúde sexual” nas plataformas BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*), que resultou em 266 artigos, dos quais 6 foram selecionados após aplicação dos critérios de exclusão e leitura. A partir da análise dos resultados, conclui-se que as dificuldades de acesso aos serviços de saúde variam conforme aspectos subjetivos das mulheres, como classe social, idade e raça, e envolvem peculiaridades das regiões onde se apresentam. A insuficiência de recursos e infraestrutura e a seletividade de sua oferta se sobressaem dentre os desafios identificados, bem como a vulnerabilidade das assistidas, o atendimento mecanicista e a estigmatização por parte dos profissionais e da comunidade, sustentados em valores morais, religiosos e patriarcais. Portanto, verifica-se a necessidade da implantação de redes de atendimento baseadas nas necessidades e características locais, com a articulação entre equipes compostas por profissionais capacitados e especializados nos direitos das mulheres, empenhadas em estratégias de superação das barreiras de acesso aos serviços e na promoção de um atendimento humanizado que favoreça a adesão de suas usuárias.

3605

Palavras-chave: Acesso. Desafios. Mulheres. Saúde sexual. Saúde reprodutiva.

¹Acadêmica de Psicologia, UniRedentor/Afya.

²Acadêmica de Psicologia, UniRedentor/Afya.

³Acadêmico de Psicologia, UniRedentor/Afya.

⁴Acadêmico de Psicologia, UniRedentor/Afya.

⁵Pós-graduada em Fisioterapia em Gerontologia e Saúde Mental pela Universidade Cândido Mendes. Docente no curso de Psicologia da UniRedentor/Afya.

ABSTRACT: Although access to sexual and reproductive health services in Brazil is supported as a right guaranteed by the State, it is not provided in an equitable manner, contradicting the constitutional principle of universality of the public health system. Given this scenario, the present study aims to investigate the barriers and challenges in women's access to sexual and reproductive health services. This is an integrative bibliographic review of a qualitative and exploratory nature carried out by searching for the descriptors “reproductive health” and “sexual health” on the BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) and SCIELO (Scientific Electronic Library Online) platforms, which resulted in 266 articles, 6 of them were selected after applying the exclusion and reading criteria. From the analysis of the results, it is concluded that difficulties in accessing health services vary according to women's subjective aspects, such as social class, age and race, and involve peculiarities of the regions where they reside. The insufficiency of resources and infrastructure and the selectivity of their offer stand out among the challenges identified, as well as the vulnerability of those assisted, mechanistic care and stigmatization on the part of professionals and the community, based on moral, religious and patriarchal values. Therefore, there is a need to implement service networks based on local needs and characteristics, with coordination between teams made up of trained professionals specialized in women's rights, committed to strategies for overcoming barriers to access the services and promoting humanized care that favors the adherence of its users.

Keywords: Access. Challenges. Women. Sexual health. Reproductive health.

INTRODUÇÃO

A presença de desafios significativos no acesso à saúde sexual e reprodutiva na trajetória das mulheres brasileiras atuam na contramão da universalização, direito fundamental expresso na Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988/2023). Dessa forma, destaca-se a premente necessidade de apresentar o modo como as adversidades podem vir a materializar-se na trajetória das cidadãs e as circunstâncias que interferem diretamente no acesso e retorno aos serviços de enfoque sexual e reprodutivo em território brasileiro.

A *priori*, o acesso está intrinsecamente relacionado à capacidade de um grupo em buscar e obter assistência. Giovanella e Fleury (1996) acrescentam que o acesso é determinado por cinco dimensões específicas, sendo elas: a) a disponibilidade manifesta na proporção entre a oferta de serviços e o número de usuários que podem utilizá-los; b) a acessibilidade a qual constitui-se pelos elementos que englobam o transporte do usuário até o local onde o serviço é ofertado; c) a acomodação ou adequação funcional, compreendida pela estrutura do serviço, agendamento de horários e a adaptação dos usuários à ele; d) a capacidade financeira caracterizada pelas políticas de preço e o modo como os usuários são

impactados pelos valores; e, por fim, e) a aceitabilidade que refere-se à relação estabelecida entre usuário e profissional.

Ademais, Gonzaga (2022) evidencia que enquanto os serviços de saúde sexual incluem assistência à adequação sexual, distribuição e orientação enfocados em métodos contraceptivos, testagem e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, os serviços direcionados à saúde reprodutiva englobam o pré natal, exames preventivos e planejamento familiar. Entretanto, apesar de ser um compromisso já assumido pelo Estado, o acesso a esses serviços ainda não é garantido de forma equitativa, visto que as mulheres frequentemente encontram barreiras ao tentar utilizar os serviços de atenção à saúde, especialmente as profissionais do sexo, mulheres trans, portadoras de HIV e mulheres que abortam (Rocon *et al.*, 2020; Villela; Monteiro, 2015; Brasil, 1988/2023).

Com base nas contribuições de Villela e Monteiro (2015), torna-se evidente que os desafios podem vir a materializar-se de diferentes maneiras, como por intermédio da reprodução de estigmas pelos profissionais da saúde, mecanização do atendimento, carência de materiais e infraestrutura inadequada, as quais acabam por serem potencializadas nos atendimentos de mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade.

A perpetuação de estigmas relacionados à sexualidade da mulher resulta em uma contínua violação dos direitos sexuais e reprodutivos, desencorajando a busca pelos serviços necessários e tornando-as ainda mais vulneráveis. Diante desse cenário, o presente estudo objetivou apresentar como os marcadores socioculturais e econômicos influenciam nos desafios do acesso à saúde sexual e reprodutiva.

METODOLOGIA

O presente estudo se desenvolve a partir de uma abordagem qualitativa e exploratória fundamentando-se em uma revisão de bibliografia integrativa, com objetivo de investigar quais são as barreiras e desafios que impactam o acesso das mulheres brasileiras aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

No que se refere à realização da revisão bibliográfica integrativa, Gil (2002) discorre que é realizada exclusivamente através de pesquisas de outros materiais científicos previamente produzidos e que esse recurso possibilita ao pesquisador abordar diversas circunstâncias de forma mais abrangente, possibilitando ir além da pesquisa descritiva ao analisar estudos resultantes de diferentes processos metodológicos, além de estudar os mais

variados fatos sob uma perspectiva historiográfica, tendo como resultado final uma pesquisa com maior fundamentação.

Nesse sentido, realizou-se a busca nas plataformas: BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*), utilizando os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): “saúde reprodutiva” e “saúde sexual”, utilizando os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados entre 2019 e 2023, com estudos que correspondem à questão norteadora no idioma português, que estejam disponíveis eletronicamente. Acerca dos critérios de exclusão definiram-se: a) estudos longitudinais, estudos de caso e resenhas; b) pesquisas realizadas fora do Brasil; c) estudos que não possuem foco na saúde da mulher; d) produções que abordam profissionais da saúde primariamente; e) materiais voltados especificamente para o público adolescente.

Para a seleção dos trabalhos, foi realizada, inicialmente, a leitura minuciosa dos títulos e resumos e, confirmada sua relação com o objetivo deste estudo, deu-se a leitura completa dos achados. Durante a pesquisa nas bases de dados, foram encontrados 266 artigos, entre esses materiais foram excluídos 260 por estarem duplicados ou descartados com base nos critérios de inclusão e exclusão. Sendo assim, após a realização de uma leitura minuciosa, foram incluídas 6 produções na produção do presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 6 artigos selecionados como aporte para análise e discussão, 5 foram encontrados na base de dados SciELO e 1 na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo todos publicados em periódicos nacionais. No que se refere ao delineamento das pesquisas, tem-se que 2 são transversais e descritivos; 1 detém cunho etnográfico e documental; 2 são revisões integrativas; e 1 é uma revisão de escopo. Ressalta-se que todos os estudos foram publicados em português devido aos critérios de exclusão previamente expostos na seção de metodologia. Todas as produções científicas contribuem para destacar a influência dos marcadores socioculturais e econômicos no acesso de mulheres cis à saúde sexual e reprodutiva. Após a leitura e organização das principais contribuições de cada estudo, foi possível realizar a caracterização dos estudos no Quadro 1.

Quadro I. Caracterização dos estudos

ANO	AUTORES	TÍTULO	OBJETIVOS	SÍNTESE DAS CONCLUSÕES
2022	PAULA <i>et al.</i>	Saúde sexual e reprodutiva de mulheres que vivem no contexto rural: revisão integrativa	Identificar na literatura aspectos relacionados à saúde sexual e reprodutiva das mulheres que vivem no contexto rural.	Concluiu-se que desafios referentes às barreiras de acessibilidade e de acesso, aliados aos fatores socioculturais, impedem ou dificultam que as mulheres da zona rural se beneficiem do direito à saúde sexual e reprodutiva. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde pode contribuir efetivamente na rede de apoio, fazendo-se necessário a capacitação dos profissionais para atuar no suporte aos casos de violência.
2020	PAIVA, C. C. N. de., & CAETANO, R.	Avaliação de implantação das ações de saúde sexual e reprodutiva na Atenção Primária: revisão de escopo	Caracterizar pesquisas de avaliação de implantação com alvo em ações de saúde sexual e reprodutiva e descrever fatores que favorecem ou obstaculizam a sua implantação na Atenção Primária à Saúde.	Esforços da gestão e dos profissionais são necessários para a implantação, manutenção, reformulação e avaliação dessas ações.
2019	COUTO, <i>et al.</i>	Uso de anticoncepcionais hormonais por prostitutas: correlação com marcadores de vulnerabilidade social	Analisar a correlação entre os marcadores de vulnerabilidade social com o uso de anticoncepcionais hormonais por prostitutas.	Com base na identificação das inter-relações entre indicadores de nível de escolaridade, raça, classe social, religião e satisfação no desempenho profissional, concluiu-se que faz-se relevante a introdução de estratégias de intervenção em saúde no território alinhadas aos marcadores socioculturais e econômicos a fim de ampliar o acesso e materializar os direitos sexuais e reprodutivos do público em questão.

2019	BRANDÃO, E. R., & CABRAL, C. da S.	Vidas precárias: tecnologias de governo e modos de gestão da fecundidade de mulheres “vulneráveis”	Demonstrar como a coerção contraceptiva está presente nas iniciativas institucionais para inclusão de contraceptivos reversíveis de longa ação e como tais expedientes ferem o paradigma de justiça reprodutiva no Brasil.	Embora os métodos contraceptivos de longa ação (LARC) tenham sua eficácia comprovada e venham se destacando enquanto opção contraceptiva, sua oferta seletiva por parte do Estado retrata o abuso da tecnologia biopolítica e evidencia aspectos discriminatórios relacionados ao controle de reprodução das mulheres que estão inseridas nas camadas vulneráveis.
2019	GONÇALVE S, <i>et al.</i>	Desigualdades sociais no uso de contraceptivos em mulheres adultas no Sul do Brasil.	Descrever os métodos contraceptivos utilizados e fatores demográficos e socioeconômicos associados em mulheres adultas.	Os resultados do estudo destacam a persistência de disparidades no que concerne à contracepção, as quais podem estar tanto intrinsecamente ligadas aos obstáculos que permeiam o acesso aos serviços de saúde e que estão relacionados aos marcadores sociais, como à não adequação de ações que permitam atender as necessidades e preferências das mulheres que se encontram em contextos de vulnerabilidade social.
2019	SILVA, C. B.; MOTTA, M. da G. C.; BELLENZA NI, R.	Maternidade e HIV: desejo reprodutivo, sentimentos ambivalentes e cuidado (não) ofertado	Identificar na literatura científica os sentimentos de mulheres que vivem com HIV em relação à reprodução e à maternidade, bem como os cuidados disponibilizados pelos profissionais de saúde no que tange à saúde reprodutiva como direito.	Verificou-se que não há assistência integral e humanizada em relação às questões reprodutivas das mulheres com HIV. Os profissionais concentram o trabalho em evitar a transmissão vertical e negligenciam os direitos e necessidades das soropositivas. É necessário, portanto, a qualificação da assistência visando a real garantia dos direitos reprodutivos.

Fonte: os autores (2023)

A equidade no acesso aos serviços e às iniciativas de promoção de saúde sexual e reprodutiva das mulheres não é estabelecida de forma homogênea. Dessa forma, cada território e seus residentes são passíveis de lidarem com desafios únicos e que geram necessidades distintas, as quais podem agravar-se em virtude das dinâmicas regionais, à materialização das desigualdades sociais, infraestruturas insuficientes e manejos pautados na reprodução de práticas altamente mecanicistas (Paula *et al.*, 2022; Paiva; Caetano, 2020; Gonçalves *et al.*, 2019).

Em primeira análise, ao investigarem o uso de contraceptivos por mulheres no município de São Leopoldo e realizarem uma comparação entre os resultados obtidos nos anos de 2003 e 2015, Gonçalves *et al.* (2019) constataram que o uso de anticoncepcionais orais foi menos comum entre mulheres mais jovens pertencentes a estratos sociais mais baixos e com menor nível de escolaridade, grupos que apresentam maior propensão a gestações não planejadas. Embora as contribuições não tenham revelado uma associação clara entre o uso de métodos contraceptivos e variáveis raciais, os autores ressaltam que os processos de racismo institucional na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades podem ser sutis, mas ainda influenciam o acesso e o uso desses métodos (Gonçalves *et al.*, 2019). De igual modo, Couto *et al.* (2019) afirmam que os fenômenos de gravidez indesejada e aborto se concentram predominantemente nas trajetórias de mulheres mais jovens em decorrência da falta de acesso às informações adequadas e às dificuldades em acessar serviços de saúde. Logo, na avaliação da da saúde sexual e reprodutiva de trabalhadoras do sexo, tem-se que variáveis como gênero, raça, preconceito e discriminação desempenham papel no aumento da violência e na baixa adesão ao uso de contraceptivos hormonais, intensificando a vulnerabilidade social (Couto *et al.*, 2019).

Na dinâmica da exclusão e da discriminação velada, Brandão e Cabral (2021) salientam ainda que as tecnologias governamentais e as dinâmicas de biopoder exercem influência seletiva na forma como as mulheres acessam os métodos contraceptivos nos serviços de saúde. Logo, direcionados por marcadores sociais que evidenciam disparidade socioeconômica e uma preocupação em evitar a propagação da pobreza, as estratégias governamentais implicam na oferta restritiva de métodos contraceptivos, não atendendo os mais diversos contextos de relações, gerações e socioculturais.

Paiva e Caetano (2020) acrescentam a infraestrutura e a falta de materiais adequados como fatores determinantes no insucesso de ações que possuem como enfoque o cuidado

pré-natal e a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. Para Paula *et al.* (2022) tais dificuldades são acentuadas devido à considerável distância que separa os serviços de saúde e a população habitante de zonas rurais, somada a obstáculos de ordem financeira e burocrática, os quais representam uma limitação significativa no acesso às formas de cuidado da saúde feminina, ampliando a incidência de problemas de saúde advindos da não realização do trabalho da atenção primária.

Outro fator determinante na qualidade do acesso e no retorno das usuárias aos dispositivos refere-se ao manejo proporcionado pelos profissionais de referência. Silva, Motta e Bellenzani (2019) identificaram que a assistência prestada é muitas vezes mecanizada e fragmentada, desprovida do elemento de integralidade que considera a dimensão biopsicossocial das mulheres e seus desejos de reprodução e constituição familiar, ou seja, não direciona o atendimento para além dos aspectos clínicos. Conforme Paiva e Caetano (2020) a assistência tende a piorar quando é voltada àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, como em pessoas em situação de rua, cárcere, profissionais do sexo e população LGBTQI+ devido aos determinantes interseccionais (Paiva; Caetano, 2020).

De acordo com a literatura utilizada como aporte, o manejo profissional ineficiente corrobora para a perpetuação da má qualidade de vida às portadoras de infecções sexualmente transmissíveis, assim como para uma divulgação ineficiente de informações relacionadas ao planejamento familiar. Silva, Motta e Bellenzani (2019) destacam que existe a predominância do empenho dos profissionais no controle da transmissão do vírus em detrimento da atenção às vivências emocionais e escolhas das portadoras de HIV, principalmente em relação ao planejamento reprodutivo, de modo que é negligenciado a essas mulheres um atendimento que poderia lhes proporcionar melhores condições de saúde e qualidade de vida.

Outrossim, apesar do planejamento familiar favorecer o melhor exercício do direito reprodutivo por possibilitar a tomada de decisões mais bem pensadas e seguras quanto à gravidez, os profissionais, apoiados em princípios morais e éticos e impressões técnicas equivocadas, evitam respaldar decisões que consideram arriscadas (Silva, Motta, Bellenzani, 2019). Além disso, ainda no âmbito do planejamento reprodutivo, tem-se aspectos como a disponibilidade restrita de materiais para trabalho (como contraceptivos), carência de atividades que visem a educação dos usuários dos dispositivos e a ausência de mecanismos

integrados que possibilitem o registro a fim de aprimorar o acompanhamento oferecido à população (Paiva; Caetano, 2020).

Por fim, motivações socioculturais, como religião e patriarcado, exercem uma influência significativa no acesso à saúde sexual e reprodutiva. Couto *et al.* (2019) trazem que decisões políticas tomadas por grupos conservadores, indo contra a equidade e integralidade de direitos, podendo criar obstáculos no acesso e contribuir para a discriminação, além de criar barreiras no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos dessas mulheres. Apesar do Estado deter a laicidade como um dos princípios norteadores na tomada de decisões, Brandão e Cabral (2021) evidenciam que a religião pode influenciar a coerção contraceptiva⁶ a qual se materializa através da estigmatização da sexualidade de mulheres que não possuem união estável.

Diante do exposto, é imprescindível o estabelecimento de redes de atenção que reconheçam as características e necessidades próprias das populações de determinadas regiões, com articulação entre equipes interdisciplinares especializadas nos direitos das mulheres e enfrentamento da violência. Os agentes comunitários de saúde (ACS) e enfermeiros surgem como uma possibilidade de acesso à assistência em saúde e suporte para enfrentamento das situações de violência, porém, esses profissionais se queixam de não ter capacitação e apoio multiprofissional suficientes para trabalhar tais questões (Paula *et al.*, 2022). Além disso, faz-se necessário a realização de avaliação sobre como ocorre a institucionalização dos serviços com maior frequência, bem como a relevância da responsabilidade compartilhada entre a equipe (Paiva; Caetano, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão integrativa realizada, conclui-se que as principais barreiras encontradas pelas mulheres no acesso à saúde sexual e reprodutiva variam de acordo com certos aspectos subjetivos que as acompanham, como a classe econômica, raça, identidade de gênero e ocupação. Entretanto, destacam-se alguns desafios, sendo eles: infraestrutura precária, falta de recursos para atender as demandas, estigmatização por parte dos profissionais, manejo mecanicista dos casos, estado de vulnerabilidade da paciente e

⁶ O conceito é trazido como um dos pontos-chave das contribuições de Brandão e Cabral (2021), relacionando-se diretamente a “(...) obrigação/força para a aceitação de determinado método contraceptivo que a mulher não quer, até ser impedida ou ter dificuldades para acessar métodos que elas desejam (...)” (Brandão; Cabral, 2021, p. 54)

seletividade de oferta de recursos manifestadas através do biopoder produzido pelo Estado.

Para além das legislações, faz-se necessário evidenciar a importância de investigar quais os desafios enfrentados pelos residentes do território em questão, dando a devida relevância às especificidades da região e considerando-as ao pensar nas estratégias para facilitar o acesso dessas mulheres. Dessa forma, deve-se buscar promover estratégias que considerem a mulher sem se abster de sua subjetividade, dando a devida relevância a todo o contexto que a permeia e reconhecendo que suas necessidades e dificuldades são singulares.

Além disso, torna-se indispensável o investimento na capacitação de profissionais para oferecer assistência humanizada e condizente com as especificidades de cada caso, considerando que demandas bem acolhidas propiciam o engajamento no tratamento e possuem grande impacto na trajetória dessas mulheres em relação ao acesso e retorno aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Vidas precárias: tecnologias de governo e modos de gestão da fecundidade de mulheres “vulneráveis”. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 27, n. 61, p. 47-84, dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/SHfFRFSTrzFz3mwhkvrKqbT/>. Acesso em: 07 set. 2023.

3614

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

COUTO, Pablo Luiz Santos *et al.* Uso de anticoncepcionais hormonais por prostitutas: correlação com marcadores de vulnerabilidade social. **Acta Paul Enferm**, [S.L.], v. 32, n. 5, p. 507-513, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/4MxJVGLC5qyp3jvY8zZy7yf/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 176 p.

GIOVANELLA, Ligia; FLEURY, Sonia. Universalidade da atenção à saúde: acesso como categoria de análise. In: **Política de Saúde: o público e o privado**. 1996. p. 177-198. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/q5srn/pdf/eibenschutz-9788575412732.pdf>. Acesso em 12 out. 2023.

GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro *et al.* Desigualdades sociais no uso de contraceptivos em mulheres adultas no Sul do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, [S.L.], v. 53, p. 28, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rsp/2019.v53/28/pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. Psicologia, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: urgências para a formação profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 42, n. , p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/yTxH7xRn9pZ93CFn66YmmJC/>. Acesso em: 10 out. 2023.

PAIVA, Carla Cardi Nepomuceno de; CAETANO, Rosângela. Evaluation of the implementation of sexual and reproductive health actions in Primary Care: scope review. **Escola Anna Nery**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0142>. Acesso em: 26 set. 2023.

PAULA, Michelle Barbosa Moratório *et al.* Saúde sexual e reprodutiva de mulheres que vivem no contexto rural: revisão integrativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 24, p. 1-11, dez. 2022. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/01/1411210/dree_0069529_pot.pdf. Acesso em 9 set. 2023.

ROCON, Pablo Cardoz *et al.* Acesso à saúde pela população trans no brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-soloo234>. Acesso em: 15 out. 2023.

SILVA, Clarissa Bohrer da; MOTTA, Maria da Graça Cardoso da; BELLENZANI, Renata. Maternidade e HIV: desejo reprodutivo, sentimentos ambivalentes e cuidado (não) ofertado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 5, p. 1446-1457, set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/cMKxwBskGW7fJLX5xLftzcT/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 8 set. 2023.

VILLELA, Wilza Vieira; MONTEIRO, Simone. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 24, n. 3, p. 531-540, set. 2015 . Disponível em http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742015000300019&lng=pt&t&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2023